



SEDf

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF

Professor de Educação
Básica - Atividades

EDITAL Nº 31, DE 30 DE JUNHO DE 2022

CÓD: SL-0560T-23
7908433243212

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	10
3. Domínio da ortografia oficial.	12
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual.	13
5. Emprego de tempos e modos verbais. Emprego das classes de palavras.....	14
6. Domínio da estrutura morfosintática do período.	19
7. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.	22
8. Emprego dos sinais de pontuação.	26
9. Concordância verbal e nominal.	27
10. Regência verbal e nominal.	28
11. Emprego do sinal indicativo de crase.	31
12. Colocação dos pronomes átonos.....	32
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto.....	33
14. Significação das palavras.....	34
15. Substituição de palavras ou de trechos de texto.	34
16. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	35
17. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	35
18. Figuras de linguagem.....	35

Uso de Tecnologia na Educação e Informática Básica

1. Segurança da informação (noções de vírus e pragas virtuais, Procedimentos de backup).....	49
2. Conhecimento da plataforma Google (Google Sala de Aula, Google Documentos, Google Planilha).....	52
3. Sistema operacional e ambiente Windows (edição de textos, planilhas e apresentações em ambiente Windows).....	64
4. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet.....	103
5. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.....	107

Noções de Direito Administrativo

1. Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.....	113
2. Organização administrativa do Estado; Administração direta e indireta.....	116
3. Agentes públicos: espécies e classificação, poderes, deveres e prerrogativas, cargo, emprego e função públicos.....	120
4. Poderes administrativos.....	155
5. Atos administrativos: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécies e invalidação.....	162
6. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo, controle judicial, controle legislativo, responsabilidade civil do Estado.....	173
7. Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações.....	183

Conhecimentos acerca do Distrito Federal

1. Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar nº 94/1998 e suas alterações..... 219

Atualidades (Para a prova discursiva)

1. Tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia 225

Temas Educacionais e Pedagógicos

1. Planejamento e organização do trabalho pedagógico: processo de planejamento, concepção, importância, dimensões e níveis; planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação; planejamento escolar: planos da escola, do ensino e da aula 227
2. Currículo do proposto à prática 232
3. Tecnologia da informação e comunicação na educação 237
4. Educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos 242
5. Educação Integral 247
6. Educação do campo 249
7. Educação de Jovens e Adultos 253
8. Educação ambiental 261
9. Fundamentos legais da Educação especial/ inclusiva e o papel do professor 262
10. Educação/ sociedade e prática escolar 275
11. Tendências pedagógicas na prática escolar 279
12. Didática e prática histórico- cultural, a didática na formação do professor 282
13. Processos de Ensino e de Aprendizagem 294
14. Aspectos pedagógicos e sociais da prática educativa, segundo as tendências pedagógicas 296
15. Relação professor/aluno 299
16. Os componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos, estratégias pedagógicas e os meios 300
17. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade do conhecimento 301
18. Avaliação escolar e suas implicações pedagógicas 303
19. O papel político-pedagógico e a organicidade do ensinar, do aprender e do pesquisar. Projeto político pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores 304
20. Políticas públicas para Educação Básica 318
21. Compromisso social e ético do professor 325
22. A Função histórico-cultural da escola 326
23. Comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural 327
24. Gestão Democrática 340
25. Escola 343
26. Educação em Direitos Humanos (Educação indígena; Educação quilombola; Educação das relações étnico-raciais; Educação em gênero e diversidade) 345
27. educação a distância 348

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Básica - Atividades

1. Relação entre educação e sociedade: dimensões filosófica, histórico-cultural e pedagógica	351
2. Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas. Currículo e produção do conhecimento: Teorias de Currículo	361
3. A diversidade na formação humana	361
4. Relações entre sujeitos, conhecimentos e realidades	364
5. Dinâmica do trabalho educativo	369
6. Processo de ensino e de aprendizagem: Relação professor/aluno	370
7. Bases psicológicas da aprendizagem.....	370
8. Planejamento de ensino em seus elementos constitutivos: objetivos e conteúdos de ensino; métodos e estratégias; multimídia educativa e avaliação educacional	371
9. Relação entre a teoria e a prática. Interdisciplinaridade e globalização do conhecimento	371
10. Análise de dificuldades, problemas e potencialidades no cotidiano escolar, em sua relação com a sociedade	371
11. formação continuada dos profissionais da escola	378
12. Metodologia de ensino: organização didático-pedagógica e suas implicações na produção do conhecimento em sala de aula; e organização didático-pedagógica e intencionalidade na prática pedagógica	383
13. Andragogia e as considerações curriculares para aprendizagem do estudante adulto	391
14. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos e os princípios norteadores para a formação do sujeito a partir das suas especificidades culturais. Políticas para Educação de Jovens e Adultos como inclusão social, construção da cidadania e educação ao longo da vida.....	394
15. Prática pedagógica e áreas do conhecimento. Linguagens e suas Tecnologias. Matemática e suas Tecnologias. Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	394
16. Competências e Habilidades propostas pela BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.....	412

Materia digital

Legislação

1. Constituição Federal de 1988 (artigos de 205 a 214).....	4
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações	7
3. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações.....	24
4. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações	60
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	77
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos – Resolução CNE-CEB nº 7/2010	78
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Resolução CNE/CEB nº 3/2018.....	85
8. Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Educação de Jovens e Adultos a Distância – Resolução CNE/CEB nº 1/2021.....	93
9. Lei nº 13.415/2017 – Reforma do Ensino Médio	96
10. Lei Orgânica do Distrito Federal.....	99
11. Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações	149
12. Resolução nº 2/2020-CEDF	149

ÍNDICE

13. Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal	178
14. Plano Distrital de Educação (PDE 2015- 2024).....	219
15. Currículo em Movimento da Educação Básica – Pressupostos Teóricos.....	240
16. Diretrizes de avaliação educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala	240
17. II Plano Distrital de Política para Mulheres.....	240
18. Lei nº 5.105/2013 (para cargos da carreira Magistério Público).....	246
19. Lei nº 5.106/2013 (para cargos da carreira Assistência à Educação)	257

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS.

Tipos e gêneros textuais

Os **tipos textuais** configuram-se como modelos fixos e abrangentes que objetivam a distinção e definição da estrutura, bem como aspectos linguísticos de narração, dissertação, descrição e explicação. Eles apresentam estrutura definida e tratam da forma como um texto se apresenta e se organiza. Existem cinco tipos clássicos que aparecem em provas: descritivo, injuntivo, expositivo (ou dissertativo-expositivo) dissertativo e narrativo. Vejamos alguns exemplos e as principais características de cada um deles.

Tipo textual descritivo

A descrição é uma modalidade de composição textual cujo objetivo é fazer um retrato por escrito (ou não) de um lugar, uma pessoa, um animal, um pensamento, um sentimento, um objeto, um movimento etc.

Características principais:

- Os recursos formais mais encontrados são os de valor adjetivo (adjetivo, locução adjetiva e oração adjetiva), por sua função caracterizadora.
- Há descrição objetiva e subjetiva, normalmente numa enumeração.
- A noção temporal é normalmente estática.
- Normalmente usam-se verbos de ligação para abrir a definição.
- Normalmente aparece dentro de um texto narrativo.
- Os gêneros descritivos mais comuns são estes: manual, anúncio, propaganda, relatórios, biografia, tutorial.

Exemplo:

Era uma casa muito engraçada
 Não tinha teto, não tinha nada
 Ninguém podia entrar nela, não
 Porque na casa não tinha chão
 Ninguém podia dormir na rede
 Porque na casa não tinha parede
 Ninguém podia fazer pipi
 Porque penico não tinha ali
 Mas era feita com muito esmero
 Na rua dos bobos, número zero
 (Vinícius de Moraes)

Tipo textual injuntivo

A injunção indica como realizar uma ação, aconselha, impõe, instrui o interlocutor. Chamado também de texto instrucional, o tipo de texto injuntivo é utilizado para prever acontecimentos e comportamentos, nas leis jurídicas.

Características principais:

- Normalmente apresenta frases curtas e objetivas, com verbos de comando, com tom imperativo; há também o uso do futuro do presente (10 mandamentos bíblicos e leis diversas).
- Marcas de interlocução: vocativo, verbos e pronomes de 2ª pessoa ou 1ª pessoa do plural, perguntas reflexivas etc.

Exemplo:

Impedidos do Alistamento Eleitoral (art. 5º do Código Eleitoral) – *Não podem alistar-se eleitores: os que não saibam exprimir-se na língua nacional, e os que estejam privados, temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais.*

Tipo textual expositivo

A dissertação é o ato de apresentar ideias, desenvolver raciocínio, analisar contextos, dados e fatos, por meio de exposição, discussão, argumentação e defesa do que pensamos. A dissertação pode ser expositiva ou argumentativa.

A dissertação-expositiva é caracterizada por esclarecer um assunto de maneira atemporal, com o objetivo de explicá-lo de maneira clara, sem intenção de convencer o leitor ou criar debate.

Características principais:

- Apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão.
- O objetivo não é persuadir, mas meramente explicar, informar.
- Normalmente a marca da dissertação é o verbo no presente.
- Amplia-se a ideia central, mas sem subjetividade ou defesa de ponto de vista.
- Apresenta linguagem clara e imparcial.

Exemplo:

O texto dissertativo consiste na ampliação, na discussão, no questionamento, na reflexão, na polemização, no debate, na expressão de um ponto de vista, na explicação a respeito de um determinado tema.

Existem dois tipos de dissertação bem conhecidos: a dissertação expositiva (ou informativa) e a argumentativa (ou opinativa).

Portanto, pode-se dissertar simplesmente explicando um assunto, imparcialmente, ou discutindo-o, parcialmente.

Tipo textual dissertativo-argumentativo

Este tipo de texto — muito frequente nas provas de concursos — apresenta posicionamentos pessoais e exposição de ideias apresentadas de forma lógica. Com razoável grau de objetividade, clareza, respeito pelo registro formal da língua e coerência, seu intuito é a defesa de um ponto de vista que convença o interlocutor (leitor ou ouvinte).

Características principais:

- Presença de estrutura básica (introdução, desenvolvimento e conclusão): ideia principal do texto (tese); argumentos (estratégias

Lembremos que a Lei 9.637/1998 teve como fulcro transferir os serviços que não são exclusivos do Estado para o setor privado, por intermédio da absorção de órgãos públicos, vindo a substituí-los por entidades privadas. Tal fenômeno é conhecido como publicização. Com a publicização, quando um órgão público é extinto, logo, outra entidade de direito privado o substitui no serviço anteriormente prestado. Denota-se que o vínculo com o poder público para que seja feita a qualificação da entidade como organização social é estabelecido com a celebração de contrato de gestão. Outrossim, as Organizações Sociais podem receber recursos orçamentários, utilização de bens públicos e servidores públicos.

Organizações da sociedade civil de interesse público

São conceituadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, nas quais os objetivos sociais e normas estatutárias devem obedecer aos requisitos determinados pelo art. 3º da Lei n. 9.790/1999. Denota-se que a qualificação é de competência do Ministério da Justiça e o seu âmbito de atuação é parecido com o da OS, entretanto, é mais amplo.

Vejam os:

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I – promoção da assistência social;

II – promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III – promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV – promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V – promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; VII – promoção do voluntariado;

VIII – promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX – experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioproductivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X – promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

A lei das Oscips apresenta um rol de entidades que não podem receber a qualificação. Vejam os:

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

I – as sociedades comerciais;

II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;

III – as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV – as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;

V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI – as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;

VII – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;

VIII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;

IX – as Organizações Sociais;

X – as cooperativas;

Por fim, registre-se que o vínculo de união entre a entidade e o Estado é denominado termo de parceria e que para a qualificação de uma entidade como Oscip, é exigido que esta tenha sido constituída e se encontre em funcionamento regular há, pelo menos, três anos nos termos do art. 1º, com redação dada pela Lei n. 13.019/2014. O Tribunal de Contas da União tem entendido que o vínculo firmado pelo termo de parceria por órgãos ou entidades da Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público não é demandante de processo de licitação. De acordo com o que preceitua o art. 23 do Decreto n. 3.100/1999, deverá haver a realização de concurso de projetos pelo órgão estatal interessado em construir parceria com Oscips para que venha a obter bens e serviços para a realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria.

Entidades de utilidade pública

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado trouxe em seu bojo, dentre várias diretrizes, a publicização dos serviços estatais não exclusivos, ou seja, a transferência destes serviços para o setor público não estatal, o denominado Terceiro Setor.

Podemos incluir entre as entidades que compõem o Terceiro Setor, aquelas que são declaradas como sendo de utilidade pública, os serviços sociais autônomos, como SESI, SESC, SENAI, por exemplo, as organizações sociais (OS) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

É importante explicitar que o crescimento do terceiro setor está diretamente ligado à aplicação do princípio da subsidiariedade na esfera da Administração Pública. Por meio do princípio da subsidiariedade, cabe de forma primária aos indivíduos e às organizações civis o atendimento dos interesses individuais e coletivos. Assim sendo, o Estado atua apenas de forma subsidiária nas demandas que, devido à sua própria natureza e complexidade, não puderam ser atendidas de maneira primária pela sociedade. Dessa maneira, o limite de ação do Estado se encontraria na autossuficiência da sociedade.

Em relação ao Terceiro Setor, o Plano Diretor do Aparelho do Estado previa de forma explícita a publicização de serviços públicos estatais que não são exclusivos. A expressão publicização significa a transferência, do Estado para o Terceiro Setor, ou seja um setor público não estatal, da execução de serviços que não são exclusivos do Estado, vindo a estabelecer um sistema de parceria entre o Estado e a sociedade para o seu financiamento e controle, como um todo. Tal parceria foi posteriormente modernizada com as leis que instituíram as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.

§ 2º O número de servidores afastados em virtude de licença-servidor não pode ser superior a 1/3 da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão, autarquia ou fundação. (Dispositivo acrescido pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

§ 3º A administração tem o prazo de até 120 dias, contado da data de requerimento do pedido pelo servidor, para definir o período de gozo da licença. (Dispositivo acrescido pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

§ 4º No caso de descumprimento do prazo referido no § 3º, o início do gozo da licença inicia-se automaticamente no centésimo vigésimo primeiro dia da data do requerimento, não sendo observado, neste caso, o limite estabelecido no § 2º. (Dispositivo acrescido pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

§ 5º O prazo de que trata o § 3º, nos casos de licença ou afastamento considerados de efetivo exercício, conta-se a partir do retorno do servidor. (Dispositivo acrescido pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

Art. 140. A contagem do prazo para aquisição da licença-servidor é interrompida quando o servidor, durante o período aquisitivo: (Artigo alterado(a) pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

I – sofrer sanção disciplinar de suspensão;

II – licenciar-se ou afastar-se do cargo sem remuneração.

Parágrafo único. As faltas injustificadas ao serviço retardam a concessão da licença prevista neste artigo, na proporção de um mês para cada falta.

Art. 141. O número de servidores em gozo simultâneo de licença-prêmio não pode ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão, autarquia ou fundação.

(Artigo revogado(a) pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

Art. 142. Os períodos de licença-servidor adquiridos e não gozados são convertidos em pecúnia em caso de falecimento do servidor ou quando este for aposentado compulsoriamente ou por invalidez. (Artigo alterado(a) pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

Parágrafo único. Em caso de falecimento do servidor, a conversão em pecúnia de que trata este artigo é paga aos beneficiários da pensão ou, não os havendo, aos sucessores habilitados. (Parágrafo alterado(a) pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

Art. 143. Fica assegurado às servidoras e aos servidores o direito de iniciar a fruição de licença-servidor logo após o término da licença-maternidade ou da licença-paternidade. (Artigo alterado(a) pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

(Parágrafo revogado(a) pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

SEÇÃO VII

DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 144. A critério da administração pública, pode ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração, desde que:

I – não possua débito com o erário relacionado com sua situação funcional;

II – não se encontre respondendo a processo disciplinar.

§ 1º A licença pode ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou a critério da administração.

§ 2º O servidor não pode exercer cargo ou emprego público inacumulável durante a licença de que trata este artigo.

§ 3º A licença pode ser prorrogada por igual período, uma única vez.

SEÇÃO VIII

DA LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA

Art. 145. Fica assegurado ao servidor estável o direito a licença para o desempenho de mandato em central sindical, confederação, federação ou sindicato representativos de servidores do Distrito Federal, regularmente registrados no órgão competente.

§ 1º A licença prevista neste artigo é considerada como efetivo exercício.

§ 2º A remuneração ou subsídio do servidor licenciado na forma deste artigo e os encargos sociais decorrentes são pagos pelo órgão ou entidade de lotação do servidor.

Art. 146. A licença de servidor para sindicato representativo de categoria de servidores civis do Distrito Federal é feita da forma seguinte:

I – o servidor tem de ser eleito dirigente sindical pela categoria;

II – cada sindicato tem direito à licença de:

a) dois dirigentes, desde que tenha, no mínimo, trezentos servidores filiados;

b) um dirigente para cada grupo de dois mil servidores filiados, além dos dirigentes previstos na alínea a, até o limite de dez dirigentes.

Parágrafo único. Para cada 2 dirigentes sindicais licenciados na forma deste artigo, observado o regulamento, pode ser licenciado mais 1, devendo o sindicato ressarcir ao órgão ou entidade o valor total despendido com remuneração ou subsídio, acrescido dos encargos sociais e provisões para férias, adicional de férias e décimo terceiro salário. (Parágrafo alterado(a) pelo(a) LEI COMPLEMENTAR Nº 952, DE 16 DE JULHO DE 2019 (Autoria do Projeto: Poder Executivo))

Art. 147. Para o desempenho de mandato em central sindical, confederação ou federação, pode ser licenciado um servidor para cada grupo de vinte e cinco mil associados por instituição.

§ 1º O grupo de servidores referido no caput é aferido pelo número de servidores associados aos sindicatos filiados a cada instituição de que trata este artigo.

§ 2º O servidor deve ser eleito dirigente pela categoria.

Art. 148. A licença tem duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição.

Art. 149. O servidor investido em mandato classista, durante o mandato e até um ano após o seu término, não pode ser removido ou redistribuído de ofício para unidade administrativa diversa daquela de onde se afastou para exercer o mandato.

nhecimento de conhecimentos empíricos adquiridos e vivenciados por esses sujeitos em sua realidade cotidiana, não priorizando apenas a educação formal, que seguem um ensino padronizado e institucionalizado. Os autores afirmam que “se estou seguro do meu sonho político, então uma das condições para continuar a ter esse sonho é não me imobilizar enquanto caminho para sua realização. E o medo pode ser paralisante” (1986, p.35).

A abordagem da educação libertadora, não se faz em favor dos oprimidos; é feita a partir do povo e com ele, é o que justamente é chamado de cultura popular. Nessa globalidade do processo da cultura popular, a educação ganha sentido originário de busca do pleno reconhecimento ativo do homem e pelo homem. Educar-se é participar ativamente do processo total da cultura, através da qual o homem se faz e refaz, radicalmente, é o processo da cultura do povo trabalhador, sendo assim, cultura popular no seu sentido mais profundo e originário. Assim, na luta pela educação popular como objeto de resistência à ideologia dominante e, como objeto na construção de uma cultura geral, todos temos uma parcela de responsabilidade.

É justamente nesse terreno da chamada educação popular que Arroyo (2009) chama-nos a atenção que desde seu surgimento na década de 60, concepções estereotipadas e errôneas tem sido construída do que seja esse movimento e consequentemente a construção de imagens que acabaram padronizando as pessoas de classes menos favorecidas como seres inferiores ou portadores de uma cultura que fora ocultada por essa classe dominante.

Segundo Arroyo (2009) a ligação entre a educação popular e saúde se dá justamente por que determinados setores da sociedade criam imagens metafóricas tiradas da patologia: fala-se da ignorância popular como chaga social, não enxergando nesses grupos qualquer tipo de conhecimento, seja no aspecto cultural ou intelectual.

Estas visões naturalizadas, biologizadas e patológicas dos setores populares ainda estão muito arraigadas e orientam o pensamento, as análises e a ação, as políticas, programas e campanhas de educação, de saúde e de assistência. Estas metáforas afirmam que assim como os acidentes naturais e as doenças põem em perigo o corpo social, político, cultural e moral. (ARROYO, 2009, p.45)

Ainda de acordo com o autor, foram criadas campanhas que visavam proteger a educação popular que acabava infantilizando-a ao invés de protegê-la, e que verdadeiramente acabava por desqualificar e desconceituar tal grupo. Dessa forma, em tempos modernos autoimagens foram criadas a respeito da cultura popular e saúde, que exigem uma mudança de postura de todos os envolvidos nesse processo, possibilitando o aparecimento de uma nova dinâmica político-cultural, que exigirá a ressignificação dessas manifestações preconceituosas.

Com isso Arroyo (2009) qualifica a educação popular e saúde como uma “reação as tentativas conservadoras de despolitização de suas ações inventando gestos para chocar a cultura política e abrem espaços para explorar suas dimensões pedagógicas” (p.410).

E esse processo de mudança se dará com a formação e conscientização dos novos educadores, com a configuração de novos hábitos, valores éticos, políticos e culturais e com novos rumos propostos por uma educação transformadora, quebrando velhos paradigmas e criando novos conceitos de educação popular e saúde, pois a intenção das classes dominantes não é a de educar as classes populares mais simplesmente massificá-la, dominá-la ou simplesmente aniquilá-la.

Os movimentos populares repolitizam e radicalizam a pedagogia popular, na medida em que repõem suas lutas no campo de direito. Ao afirmarem-se sujeitos de direitos, vinculam as políticas sociais com a igualdade, a justiça e a equidade. Não mais com a inclusão excludente. Fazem avançar uma conformação do povo como sujeito de direitos. (ARROYO, 2009, p.411)

A legitimidade dos movimentos sociais populares acaba por resgatar aos cidadãos princípios básicos de igualdade e cidadania, que reagindo a ideais conservadores acabam por abrir novos caminhos para a aplicação de diferentes e inovadores dispositivos pedagógicos que poderá em um futuro muito breve contribuir na reformulação e reorganização da práxis pedagógica, principalmente na formação político pedagógico e ideológico de uma classe jovem que amanhã possivelmente estará a frente do nosso país, incentivada e sustentada por uma nova classe de professores, abertos para uma nova discussão do que seria, ou deveria ser a aproximação da nova dinâmica educativa provocada pelos novos educadores.

Daí também em se pensar em uma nova proposta na reconstrução dessas autoimagens, que os referidos movimentos populares deveriam continuar submissos ao próprio sistema, esperando uma mudança política e ideológica de forma pacífica por parte dos governos ou representações políticas. Não é concebível na atual sociedade moderna, luta por direitos sem manifestações ou confronto, principalmente o confronto de ideias que contribuirá na formação do senso crítico desses novos cidadãos.

Assim é impensável discutir sobre direito à diversidade e educação para cidadania sem antes partirmos de uma abordagem antropológica com o intuito de podermos tentar compreender qual o real significado do termo identidade, como uma construção que se faz com atributos culturais, isto é, ela se caracteriza pelo conjunto de elementos culturais adquiridos pelo indivíduo através da herança cultural. E é essa mesma identidade que confere diferenças aos grupos humanos, evidenciando-se em termos da consciência da diferença e do contraste do outro.

Uma afirmação que muito poderá nos ajudar na reflexão na diversidade das culturas é de Lévi-Strauss (1976, p.328-329), ao ponderar que;

[...] resultaria em um esforço vão ter consagrado tanto talento e tantos esforços para demonstrar que nada, no estado atual da ciência, permita afirmar que superioridade ou a inferioridade intelectual de uma raça em relação à outra, e que as culturas humanas não diferem entre si do mesmo modo nem no mesmo plano, mas que a diversidade das culturas é de fato no presente, e também de direito no passado, muito maior e mais rica que tudo o que estamos destinados a dela conhecer.

O autor pontua que a diversidade cultural faz parte das relações estabelecidas no interior de cada sociedade, ou seja, não é um problema apenas das relações entre sociedades diferentes, mas acontece em cada subcultura que compõe a sociedade estudada, sendo que cada uma delas atribui importância a suas diferenças. (LÉVI-STRAUSS, 1976)

Para Ruben George Oliven

O que se verifica atualmente é um cruzamento das fronteiras culturais e simbólicas que faz com que haja uma desterritorialização dos fenômenos culturais. Todo esse processo de mundialização da cultura, que dá a impressão de que vivemos numa aldeia global, acaba repondo a questão da tradição, da nação e da região. A

constitui no núcleo dessa visão do ensino da língua, pois vê nessa gramática uma perspectiva de normatização linguística, tomando como modelo de norma culta as obras dos nossos grandes escritores clássicos. Portanto, saber gramática, teoria gramatical, é a garantia de se chegar ao domínio da língua oral ou escrita.

Assim, predomina, nessa tendência tradicional, o ensino da gramática pela gramática, com ênfase nos exercícios repetitivos e de recapitulação da matéria, exigindo uma atitude receptiva e mecânica do aluno. Os conteúdos são organizados pelo professor, numa sequência lógica, e a avaliação é realizada através de provas escritas e exercícios de casa.

Tendência Liberal Renovada Progressivista

Segundo essa perspectiva teórica de Libâneo, a tendência liberal renovada (ou pragmatista) acentua o sentido da cultura como desenvolvimento das aptidões individuais.

A escola continua, dessa forma, a preparar o aluno para assumir seu papel na sociedade, adaptando as necessidades do educando ao meio social, por isso ela deve imitar a vida. Se, na tendência liberal tradicional, a atividade pedagógica estava centrada no professor, na escola renovada progressivista, defende-se a ideia de “aprender fazendo”, portanto centrada no aluno, valorizando as tentativas experimentais, a pesquisa, a descoberta, o estudo do meio natural e social, etc, levando em conta os interesses do aluno.

Como pressupostos de aprendizagem, aprender se torna uma atividade de descoberta, é uma autoaprendizagem, sendo o ambiente apenas um meio estimulador. Só é retido aquilo que se incorpora à atividade do aluno, através da descoberta pessoal; o que é incorporado passa a compor a estrutura cognitiva para ser empregado em novas situações. É a tomada de consciência, segundo Piaget.

No ensino da língua, essas ideias escolanovistas não trouxeram maiores consequências, pois esbarraram na prática da tendência liberal tradicional.

Tendência Liberal Renovada Não-Diretiva

Acentua-se, nessa tendência, o papel da escola na formação de atitudes, razão pela qual deve estar mais preocupada com os problemas psicológicos do que com os pedagógicos ou sociais. Todo o esforço deve visar a uma mudança dentro do indivíduo, ou seja, a uma adequação pessoal às solicitações do ambiente.

Aprender é modificar suas próprias percepções. Apenas se aprende o que estiver significativamente relacionado com essas percepções. A retenção se dá pela relevância do aprendido em relação ao “eu”, o que torna a avaliação escolar sem sentido, privilegiando-se a auto-avaliação. Trata-se de um ensino centrado no aluno, sendo o professor apenas um facilitador. No ensino da língua, tal como ocorreu com a corrente pragmatista, as ideias da escola renovada não-diretiva, embora muito difundidas, encontraram, também, uma barreira na prática da tendência liberal tradicional.

Tendência Liberal Tecnista

A escola liberal tecnista atua no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse principal é, portanto, produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, não se preocupando com as mudanças sociais.

Conforme MATUI (1988), a escola tecnista, baseada na teoria de aprendizagem S-R, vê o aluno como depositário passivo dos conhecimentos, que devem ser acumulados na mente através de associações. Skinner foi o expoente principal dessa corrente psicológica, também conhecida como behaviorista. Segundo RICHTER (2000), a visão behaviorista acredita que adquirimos uma língua por meio de imitação e formação de hábitos, por isso a ênfase na repetição, nos drills, na instrução programada, para que o aluno forme “hábitos” do uso correto da linguagem.

A partir da Reforma do Ensino, com a Lei 5.692/71, que implantou a escola tecnista no Brasil, preponderaram as influências do estruturalismo linguístico e a concepção de linguagem como instrumento de comunicação. A língua – como diz TRAVAGLIA (1998) – é vista como um código, ou seja, um conjunto de signos que se combinam segundo regras e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor. Portanto, para os estruturalistas, saber a língua é, sobretudo, dominar o código.

No ensino da Língua Portuguesa, segundo essa concepção de linguagem, o trabalho com as estruturas linguísticas, separadas do homem no seu contexto social, é visto como possibilidade de desenvolver a expressão oral e escrita. A tendência tecnista é, de certa forma, uma modernização da escola tradicional e, apesar das contribuições teóricas do estruturalismo, não conseguiu superar os equívocos apresentados pelo ensino da língua centrado na gramática normativa. Em parte, esses problemas ocorreram devido às dificuldades de o professor assimilar as novas teorias sobre o ensino da língua materna.

Tendências Pedagógicas Progressistas

Segundo Libâneo, a pedagogia progressista designa as tendências que, partindo de uma análise crítica das realidades sociais, sustentam implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação.

Tendência Progressista Libertadora

As tendências progressistas libertadoras e libertárias têm, em comum, a defesa da autogestão pedagógica e o antiautoritarismo. A escola libertadora, também conhecida como a pedagogia de Paulo Freire, vincula a educação à luta e organização de classe do oprimido. Segundo GADOTTI (1988), Paulo Freire não considera o papel informativo, o ato de conhecimento na relação educativa, mas insiste que o conhecimento não é suficiente se, ao lado e junto deste, não se elabora uma nova teoria do conhecimento e se os oprimidos não podem adquirir uma nova estrutura do conhecimento que lhes permita reelaborar e reordenar seus próprios conhecimentos e apropriar-se de outros.

Assim, para Paulo Freire, no contexto da luta de classes, o saber mais importante para o oprimido é a descoberta da sua situação de oprimido, a condição para se libertar da exploração política e econômica, através da elaboração da consciência crítica passo a passo com sua organização de classe. Por isso, a pedagogia libertadora ultrapassa os limites da pedagogia, situando-se também no campo da economia, da política e das ciências sociais, conforme Gadotti.

Como pressuposto de aprendizagem, a força motivadora deve decorrer da codificação de uma situação-problema que será analisada criticamente, envolvendo o exercício da abstração, pelo qual se procura alcançar, por meio de representações da realidade concreta, a razão de ser dos fatos. Assim, como afirma Libâneo, aprender é um ato de conhecimento da realidade concreta, isto é, da

econômicas, sociais e políticas, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social”.

A escola tem muito que refletir sobre sua organização curricular, a começar pela compreensão de que a sua ação passa a ser uma intervenção singular no processo de formação do homem na sociedade atual. Nesse paradigma, o professor já não pode ser considerado como único detentor de um saber que simplesmente lhe basta transmitir, mas deve ser um mediador do saber coletivo, com competência para situar-se como agente do processo de mudança.

Assim, concebemos que a educação, a escola e o objeto de conhecimento constituem os elementos essenciais para o processo de formação de homens e mulheres que contribuirão para a organização da sociedade.

Concepção de Homem

Partindo do que diz Morin⁷² ao se referir sobre a complexidade do ser humano: “ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural”, apresentamos nossa concepção de homem e, em consequência, as aspirações pretendidas em relação ao cidadão que queremos formar. Entendendo o sujeito tanto biológico como social, temos por objetivo desenvolver no aluno a consciência e o sentimento de pertencer ao mundo, de modo que possa compreender a interdependência entre os fenômenos e seja capaz de interagir de maneira crítica, criativa e consciente com seu meio natural e social.

Alguns desafios são fundamentais no que se refere à formação do sujeito, desenvolver competências para contextualizar e integrar, para situar qualquer informação em seu contexto, para colocar e tratar os problemas, ou seja, o grande desafio de formar sujeitos que possam enfrentar realidades cada vez mais complexas. Assim, acreditamos na possibilidade de formar um cidadão mais indignado com as manifestações e acontecimentos da vida cotidiana, um cidadão que saiba mediar conflitos e propor soluções criativas e adequadas a favor da coletividade, que tenha liberdade de pensamento e atitudes autônomas para buscar informações nos diferentes contextos, organizá-las e transformá-las em conhecimentos aplicáveis.

Para o educador Paulo Freire, o homem só começa a ser um sujeito social, quando estabelece contato com outros homens, com o mundo e com o contexto de realidade que os determina geográfica, histórica e culturalmente, é nessa perspectiva que a escola se torna um dos espaços privilegiados para a formação do homem.

Concepção de Escola

A Escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento das relações sociais e, é nesse ambiente que a criança e o jovem interagem com grupos de sua idade, criam vínculos e laços de convivência, além de desenvolverem habilidades e competências para continuar seu processo de aprendizagem.

Sabemos que os modos de vida também são vivenciados pela escola. São variantes de diversos matizes, que se multiplicam a cada dia e esses acontecimentos não podem ser desprezados. As ações educativas vinculadas às práticas sociais compõem o rol de compromissos da educação formal. Por isso, o cotidiano escolar exerce um papel expressivo na formação cognitiva, afetiva, social, política e cultural dos alunos que passam parte de suas vidas nesse ambiente pedagógico e educativo.

Concepção de Educação, Ensino e Aprendizagem

O caráter eminentemente pedagógico da Educação no contexto escolar fundamenta-se numa perspectiva de considerar que a criança está inserida em determinado contexto social e, portanto, deve ser respeitada em sua história de vida, classe social, cultura e etnia. Nesse sentido, **a escola é vista como espaço para a construção coletiva de novos conhecimentos sobre o mundo, na qual a sua proposta pedagógica permite a permanente articulação dos conteúdos escolares com as vivências e as indagações da criança e do jovem sobre a realidade em que vivem.**

Podemos considerar os processos interativos, a cooperação, o trabalho em grupo, a arte, a imaginação, a brincadeira, a mediação do professor e a construção do conhecimento em rede como eixos do trabalho pedagógico voltado para o desenvolvimento da criança e do jovem visando à constituição do sujeito solidário, criativo, autônomo, crítico e com estruturas afetivo-cognitivas necessárias para operar sua realidade social e pessoal.

O processo de desenvolvimento, na perspectiva histórico-cultural, é compreendido como o processo por meio do qual o sujeito internaliza os modos culturalmente construídos de pensar e agir no mundo. Este processo se dá nas relações com o outro, indo do social para o individual.

O caminho do objeto do conhecimento até o indivíduo e deste até o objeto passa através de uma outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social.

Além dos aspectos abordados, importante lembrar que nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, os ambientes educacionais são espaços que possibilitam ampliar suas experiências e se desenvolver nas diferentes dimensões humanas: afetiva, motora, cognitiva, social, imaginativa, lúdica, estética, criativa, expressiva e linguística.

As abordagens dos conteúdos não se limitam a fatos e conceitos, mas também aos procedimentos, atitudes, valores e normas que são entendidos como conteúdos imprescindíveis no mesmo nível que os fatos e conceitos. Isto [...] pressupõe aceitar até as suas últimas consequências o princípio de que tudo o que pode ser aprendido pelas crianças e jovens podem e devem ser ensinado pelos professores.

A) Conteúdos relacionados a fatos, conceitos e princípios - correspondem ao compromisso científico da educação: transmitir o conhecimento socialmente produzido.

B) Conteúdos relacionados a procedimentos - que são os objetivos, resultados e meios para alcançá-los, articulados por ações, passos ou procedimentos a serem implementados e aprendidos.

C) Conteúdos relacionados a atitudes, normas e valores - correspondem ao compromisso filosófico da educação: promover aspectos que nos completam como seres humanos, que dão uma dimensão maior, que dão razão e sentido para o conhecimento científico.

Sociedade Contemporânea

O sociólogo e filósofo polonês Bauman⁷³ apresenta a sociedade caracterizando-a como modernidade líquida, utiliza assim esta metáfora para explicar o advento de uma sociedade mais leve em detrimento da chamada modernidade sólida. Atualmente o que se vivencia difere de tempos passados, que ganham novas formas. **Portanto, a modernidade sólida possui características contrárias**

72 MORIN, Edgar. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

73 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

O ensino da Arte é imprescindível para desenvolvimento integral dos estudantes e para aquisição da linguagem. A experimentação, criação e reflexão acerca de manifestações artísticas e culturais diversas impulsionam o estudante em seu percurso pessoal e coletivo de produção de sentido.

Além do mais, deve-se considerar que espaços vivenciados por sujeitos na escola também são espaços de sentido. Saberes tradicionais, culturas que habitam a escola e culturas do mundo contemporâneo são elementos essenciais para se pensar e fazer Arte na escola. É preciso que o educador reencontre no presente a memória viva da história coletiva, visando a novas reflexões para o trabalho educativo.

Assim, as diversas manifestações da arte e da cultura formam um indivíduo plural, capaz de conhecer a história construída pela humanidade, o patrimônio do mundo e de se reconhecer como protagonista. A Arte, como forma de comunicar, criar e sensibilizar, cumpre seu papel de fortalecer laços de identidade do homem para que ele se reconheça como sujeito de sua própria história.

Neste sentido, conteúdos e objetivos de Arte serão trabalhados em diferentes níveis de aprofundamento, de acordo com o processo de aprendizagem do estudante. Compreende-se que no Bloco Inicial de Alfabetização (BIA) o foco da aprendizagem artística deve ser mantido na experimentação, exercício da imaginação e autoexpressão, sustentados pelos estímulos técnicos de linguagens. No 2º Bloco (4º e 5º anos) a aprendizagem artística deve continuar a manter seu foco na experimentação, no exercício de imaginação e na autoexpressão, sustentados por estímulos técnicos das linguagens. É necessário também que se observe a questão da contextualização com mais cuidado e a significação de elementos emocionais e estéticos.

Em relação à Educação Física, deve ser compreendida como importante manifestação da cultura corporal de movimento, que contribui para a formação global da criança por meio de brincar, de jogo simbólico, de movimentos gerais vivenciados mediante atividades orientadas, de iniciação das danças, de ginásticas e de jogos pré-desportivos, entre outras atividades que, ao oportunizar as aprendizagens, favoreçam o desenvolvimento geral do estudante.

A Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não pode ser tratada como uma mera atividade física que busque apenas o aperfeiçoamento motor ou que seja utilizada aleatoriamente, como ocupação do tempo ocioso da criança; tampouco ser usada como simples atividade de lazer, apartada do fazer pedagógico da escola.

O brincar e jogar assumem outras significações no contexto educativo, possibilitando aquisições necessárias a saberes lógico-matemático, de oralidade, de escrita e outras atividades de cognição referentes à memória e à atenção. Sendo assim, auxilia na aquisição de conhecimentos que são permeados por letramento, visto de uma forma mais abrangente, transcendente ao letramento linguístico, mas que englobam também letramento simbólico, geográfico, científico e corporal.

Na proposta ora apresentada, enumeramos diversos objetivos visando atingir domínios motores, cognitivos e afetivo-sociais, sendo que muitos deles se repetem de um ano para outro, porém, com aprofundamento progressivo de acordo com o processo de aprendizagem do estudante em cada uma dessas dimensões. Assim, ações didáticas devem ser planejadas de forma comprometida com a aprendizagem de todos os estudantes ao considerar o contexto sociocultural e privilegiar situações que invistam em interdisciplina-

ridade de forma articulada e não somente no cognitivo e corporal, mas no afetivo, estético, nas relações interpessoais e na inserção social.

Lutas, danças, jogos, ginásticas e esportes fazem parte do imaginário de nossas crianças desde antes de entrarem para a escola. Dessa forma, devem ser introduzidos de forma essencialmente lúdica para que lhes sejam possível a vivência em múltiplas expressões do movimento humano. O enfoque dessa abordagem é mais abrangente à medida que valoriza e considera aspectos sócio-históricos de cada atividade trabalhada, como também o contexto em que os estudantes estão inseridos e as aprendizagens motoras individuais, independentemente do nível de habilidades que apresentem. Logo, o fundamental é permitir o acesso a práticas corporais, colaborando para que cada um construa seu estilo pessoal de participação e possa, a partir dessas práticas, ter consciência de seu corpo e de sua inserção social e ao mesmo tempo ampliar o próprio repertório motor. Assim, é fundamental para a formulação de propostas para a Educação Física Escolar a localização “[...] em cada uma dessas manifestações (jogo, esporte, dança, ginástica e luta) seus benefícios fisiológicos e psicológicos e suas possibilidades de utilização de instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura [...]” (PCN, MEC, 1997).

Entende-se que a Educação Física trata do conhecimento produzido e reproduzido pela sociedade a respeito do corpo e do movimento, como um veículo de expressão de sentimentos, como possibilidade de promoção, recuperação, programação e manutenção de uma vida de qualidade.

LÍNGUA PORTUGUESA

Até os anos 1970, o processo de aprendizagem da Língua Portuguesa era comparado a um foguete em dois estágios, como bem pontuam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O primeiro ia até a criança ser alfabetizada, aprendendo o sistema de escrita. Já o seguinte começaria quando ela tivesse o domínio básico dessa habilidade e seria convidada a produzir textos, notar as normas gramaticais e ler produções clássicas.

A partir dos anos 1980, o ensino não é mais visto como uma sucessão de etapas, e sim um processo contínuo. “O aluno precisa entrar em contato com dificuldades progressivas do conteúdo. Desse modo, desenvolve competências e habilidades diferentes ao longo dos anos”, diz Maria Teresa Tedesco, professora do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

As situações didáticas essenciais para o Ensino Fundamental passaram a ser: ler e ouvir a leitura do docente, escrever, produzir textos oralmente para um educador escreva (quando o aluno ainda não compreende o sistema) e fazer atividades para desenvolver a linguagem oral, além de enfrentar situações de análise e reflexão sobre a língua e a sistematização de suas características e normas.

Essa nova concepção apresentava inúmeras diferenças em relação a perspectivas anteriores. Desde o século 19 até meados do 20, a linguagem era tida como uma expressão do pensamento. Ler e escrever bem eram uma consequência do pensar e as propostas dos professores se baseavam na discussão sobre as características descritivas e normativas da língua. “O objeto de ensino não precisava ser a linguagem”, explica Kátia Lomba Bräkling, coautora dos PCNs e professora do Instituto Superior de Educação Vera Cruz, em São Paulo.

Os primeiros anos da disciplina deveriam garantir a aprendizagem da escrita, considerada um código de transcrição da fala. Dois tipos de método de alfabetização reinaram por anos: os

2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.

3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando-as nas criações em Arte.

4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.

5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.

6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.

7. Problematizar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.

8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.

9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.

ARTE NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

Ao ingressar no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os alunos vivenciam a transição de uma orientação curricular estruturada por campos de experiências da Educação Infantil, em que as interações, os jogos e as brincadeiras norteiam o processo de aprendizagem e desenvolvimento, para uma organização curricular estruturada por áreas de conhecimento e componentes curriculares.

Nessa nova etapa da Educação Básica, o ensino de Arte deve assegurar aos alunos a possibilidade de se expressar criativamente em seu fazer investigativo, por meio da ludicidade, propiciando uma experiência de continuidade em relação à Educação Infantil.

Dessa maneira, é importante que, nas quatro linguagens da Arte – integradas pelas seis dimensões do conhecimento artístico –, as experiências e vivências artísticas estejam centradas nos interesses das crianças e nas culturas infantis.

Tendo em vista o compromisso de assegurar aos alunos o desenvolvimento das competências relacionadas à alfabetização e ao letramento, o componente Arte, ao possibilitar o acesso à leitura, à criação e à produção nas diversas linguagens artísticas, contribui para o desenvolvimento de habilidades relacionadas tanto à linguagem verbal quanto às linguagens não verbais.

ARTE NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS: UNIDADES TEMÁTICAS, OBJETOS DE CONHECIMENTO E HABILIDADES

No Ensino Fundamental – Anos Finais, é preciso assegurar aos alunos a ampliação de suas interações com manifestações artísticas e culturais nacionais e internacionais, de diferentes épocas e contextos.

Essas práticas podem ocupar os mais diversos espaços da escola, espalhando-se para o seu entorno e favorecendo as relações com a comunidade.

Além disso, o diferencial dessa fase está na maior sistematização dos conhecimentos e na proposição de experiências mais diversificadas em relação a cada linguagem, considerando as culturas juvenis.

Desse modo, espera-se que o componente Arte contribua com o aprofundamento das aprendizagens nas diferentes linguagens – e no diálogo entre elas e com as outras áreas do conhecimento –, com vistas a possibilitar aos estudantes maior autonomia nas experiências e vivências artísticas.

EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo.

Nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re) construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade.

É fundamental frisar que a Educação Física oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural. Esse universo compreende saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola. Experimentar e analisar as diferentes formas de expressão que não se alicerçam apenas nessa racionalidade é uma das potencialidades desse componente na Educação Básica. Para além da vivência, a experiência efetiva das práticas corporais oportuniza aos alunos participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e saúde.

Há três elementos fundamentais comuns às práticas corporais: movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado com o lazer/entretenimento e/ ou o cuidado com o corpo e a saúde.

Portanto, entende-se que essas práticas corporais são aquelas realizadas fora das obrigações laborais, domésticas, higiênicas e religiosas, nas quais os sujeitos se envolvem em função de propósitos específicos, sem caráter instrumental.

Cada prática corporal propicia ao sujeito o acesso a uma dimensão de conhecimentos e de experiências aos quais ele não teria de outro modo. A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção.